

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950, Fax +55 (81) 3414-7951
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Recife - PE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as



respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 8 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC PE-000904/F-7



João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS 048980/O-0 T-CE

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita	22	-	-	196.551	231.336
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(134.136)	(137.460)
Lucro bruto		-	-	62.415	93.876
Despesas/receitas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(4.268)	(2.341)	(15.022)	(21.804)
Outros Resultados	25	-	-	98	(3.820)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(4.268)	(2.341)	47.491	68.252
Receitas financeiras	26	24	198	2.994	7.168
Despesas financeiras	26	(30)	(33)	(10.827)	(18.703)
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-
Resultado financeiro líquido		(6)	165	(7.833)	(11.535)
Resultado antes da equivalência patrimonial e tributos		(4.274)	(2.176)	39.658	56.717
Resultado de equivalência patrimonial	9	101.447	96.573	64.638	50.850
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		97.173	94.397	104.296	107.567
Imposto de Renda		-	-	(11.435)	(15.395)
Imposto de Renda Diferido		-	-	(2.481)	(4.313)
Incentivo Fiscal SUDENE		-	-	7.676	8.264
Resultado do exercício antes da participação dos não controladores		97.173	94.397	98.056	96.123
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		97.173	94.397	97.173	94.397
Acionistas não controladores		-	-	883	1.726
Lucro líquido do exercício		97.173	94.397	98.056	96.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	97.173	94.397	98.056	96.123
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos	97.173	94.397	98.056	96.123
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	97.173	94.397	97.173	94.397
Acionistas não controladores	-	-	883	1.726
Resultado abrangente total	<u>97.173</u>	<u>94.397</u>	<u>98.056</u>	<u>96.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	39.590	321	82.512	7.918	230.986	-	361.327	9.385	370.712
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	94.397	94.397	9.036	103.433
Aporte de capital	81.000	-	-	-	-	-	81.000	-	81.000
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.720	-	(4.720)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(22.419)	(22.419)	-	(22.419)
Dividendo pago	-	-	-	-	-	(65.421)	(65.421)	-	(65.421)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.837	(1.837)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	120.590	321	82.512	12.638	232.823	-	448.884	18.421	467.305
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	26.307	26.307
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	97.173	97.173	-	97.173
Aporte de capital	-	200.199	-	-	-	-	200.199	-	200.199
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.858	-	(4.858)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(20.330)	(20.330)	-	(20.330)
Dividendo pago	-	-	-	-	-	(60.987)	(60.987)	-	(60.987)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	10.998	(10.998)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.590	200.520	82.512	17.496	243.821	-	664.939	44.728	709.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	97.173	94.396	97.173	96.123
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	262	786
Equivalência patrimonial	(101.447)	(96.573)	(64.638)	(50.850)
Resultado da alienação de ativo imobilizado	-	-	119	22.460
Resultado na baixa de ativo intangível	-	-	-	10
Participação de não controladores	-	-	26.307	7.310
Depreciação e amortização	-	-	16.430	18.414
Impostos diferidos	-	-	3.173	3.210
Redução no ativo diferido	-	-	2.332	2.331
Juros provisionados debêntures	-	179	9.068	18.702
	(4.274)	(1.998)	90.226	118.496
Varição nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-	-	1.419	16.189
Aumento dos impostos a recuperar	(1)	(5)	(4.501)	(114)
Aumento em estoques	-	-	5.773	280
Redução (aumento) em outros créditos	540	24.675	1.238	23.325
(Redução) aumento em fornecedores	-	(1.224)	602	(11.458)
(Redução) aumento em impostos correntes e obrigações tributárias	4	(10)	(641)	(9.503)
(Redução) aumento em outros passivos	-	2	2.010	(1.809)
Caixa (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(3.731)	21.440	96.126	135.406
Juros empréstimos bancários	-	-	(31)	(515)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(3.731)	21.440	96.095	134.891
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	(223.647)	(90.040)	(237.745)	(89.679)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	81.241	-	49.232	-
Dividendos pagos a acionistas	-	-	(1.700)	-
Recursos proveniente de alienação de imobilizado	-	-	6.488	-
Adições no intangível	-	-	-	(53)
Aquisição de imobilizado	-	-	(4.839)	(9.344)
Caixa (utilizado nas) atividades de investimentos	(142.406)	(90.040)	(188.564)	(99.076)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de recursos				
Contratação de empréstimos e financiamentos	30.026	-	30.026	-
Captação de partes relacionadas	-	38.040	-	-
Dividendos recebidos	-	77.349	-	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	200.199	81.000	200.199	81.000
Empréstimos disponibilizados Partes Relacionadas	20.602	37.140	19.086	-
Recebimento de empréstimo de Partes relacionadas	(542)	(38.555)	1.539	-
Amortização				
Principal debêntures	-	-	(13.154)	(12.058)
Juros debêntures	-	-	(9.373)	(11.008)
Principal empréstimos bancários	-	-	(1.377)	(1.768)
Liquidação de empréstimos de partes relacionadas	(2.060)	(38.531)	-	-
Pagamento de dividendos	(81.317)	(87.840)	(81.317)	(87.840)
Caixa gerado proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	166.908	68.603	145.629	(31.674)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	20.771	3	53.160	4.141
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	6	19.659	15.517
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	20.780	9	72.819	19.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Eletricidade do Brasil S.A. (“EBRASIL” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos.

A Sociedade é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

- 90% das quotas da EBRASIL Energia Ltda. (“EBE”)
- 95% das ações da Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)
- 99,99% das quotas da EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. (“ENORTE”)
- 99,99% das quotas da Ebrasil Gás e Energia S.A. (“EGAS”)
- 41,66% das ações da Centrais Elétrica da Paraíba S.A. (“EPASA”)
- 24% das ações da Termocabo S.A. (“Termocabo”)

A transferência do controle da EPESA possui cláusula condicionante à aprovação dos debenturistas e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a. Coligadas

A Termocabo é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e é uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MWh para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (“CCEAR”) pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010.

A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaíba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente.

b. Controladas

A ENORTE é uma sociedade limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A.). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MWh e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MWh. A Usina foi instalada em terreno cedido pela Amazonas Energia e entrou em operação em 16 de novembro de 2010. Após o término do período de vigência do contrato em fevereiro de 2016, nova licitação com base na Lei 8.666/93 foi feita e, não havendo interessado, a ENORTE foi convidada a assinar novo contrato, assinado em 17 de março de 2016 sob o nº 292/OC/2016 para operação contínua por 180 dias, com valor estimado de R\$ 126.636, passando a ENORTE a comprar o diesel para geração da energia despachada, com preço fixado para todo período do contrato, sendo o valor do diesel adquirido mensalmente reembolsado pela contratante no prazo médio de 80 dias. No período do contrato, o valor do preço de aquisição do diesel que exceder ao preço fixado em contrato, seria de responsabilidade da ENORTE. Com o término do prazo de vigência do referido contrato em 13/09/2016, iniciou-se a desmobilização das instalações da usina no terreno cedido pela Amazonas Energia em 01/10/2016. Como reflexo do término do contrato com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 2016, a Administração tomou algumas ações visando manter a geração de caixa em nível suficiente a suportar os custos operacionais nessa fase de transição, que consistiram em: venda de itens sobressalentes do ativo imobilizado e estoque de manutenção; locação de equipamentos, e participação de novos leilões com objeto de prestação de serviços de locação, operação e manutenção de grupos geradores de energia elétrica, seus sistemas auxiliares e associados. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores.

Em 2017, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2018, a Administração avaliará a continuidade de seus negócios.

A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. No exercício de 2017, a geração de energia da EPESA foi de 114.939,11 MW/h (120.947,16 MW/h em 2016). A redução da geração vem ocorrendo desde agosto de 2015 em função da ordem de desligamento das UTE com CVU acima de R\$ 600,00, estando a EPESA inserida neste rol.

A EBE é uma sociedade limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. Em novembro de 2015 a EBE passou a ter participação acionária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A, detendo 50% das ações. Em 04 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros.

A EGÁS é uma sociedade anônima com sede em Cabedelo -PB de capital fechado que tem por objetivo construir, implantar e operar usinas termoelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 8 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revisadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 9 - Investimentos:** determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida para fins de consolidação;

Incerteza

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 16** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade e suas investidas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base para consolidação

(i) *Participação de acionistas não-controladores*

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

(ii) *Investimentos em sociedades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas sociedades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais.

Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

(iii) Controladas

O Grupo controla uma sociedade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a sociedade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iv) Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre sociedades, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as sociedades, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedade investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Sociedade.

b. Ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os depósitos e mútuos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração

Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os depósitos em conta reserva a serviço da dívida. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles

com prazo de vencimento ou perspectiva de realização superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis possuem pagamentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Mensuração

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, financiamentos, debêntures, empréstimos a partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

c. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida.

d. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros, contratados pela própria Sociedade, (i) inclui o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

(ii) Reposição de ativos

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais estimados das controladas e coligadas são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As coligadas Termocabo e EPASA utilizam as taxas de acordo com a expectativa de vida útil para os bens. As controladas EPESA e ENORTE contrataram especialistas para avaliar a expectativa de vida útil remanescente dos grupos geradores e sistema de tancagem. Com base nestes laudos de avaliação, considerando o tipo de cada equipamento e grau de utilização, a depreciação é calculada com base na expectativa de vida útil para os bens, conforme segue (em anos):

	Controladas	
	ENORTE	EPESA
Construções	25	25
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem	10	30
Máquinas e equipamentos - Outros	10	10
Instalações industriais	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos eletrônicos	5	5
Veículos	5	5

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

e. Diferido

São mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas no valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 10 anos e reconhecida no resultado.

f. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo empréstimos e recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo.

(ii) Ativos não financeiros

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seus valores de recuperação revisados pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita operacional

As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades de cada Sociedade do Grupo, e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados

de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Sociedade; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado “pro rata” dia com base no método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos

de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Sociedade registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às mudanças ao cálculo de impairment de instrumentos financeiros, a Sociedade concluiu que, após as devidas análises, não houve impacto relevante no resultado em função de uma redução dos seus ativos financeiros.

Por fim, no que tange as mudanças do risco de crédito, a Sociedade verificou que, após as análises adequadas, também não houve impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em razão das mudanças da norma sobre este tópico.

CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (5) reconhecimento da receita se e quando a Sociedade cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos do CPC 47, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O CPC 47 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começarem e concluírem no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Sociedade analisou as cinco etapas de reconhecimento para os tipos de receita e não identificou nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras. Desta forma, após as devidas análises a conclusão é de que o reconhecimento de

receita atual está de acordo com a norma do CPC 47.

CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo de contabilidade único e em balanço no arrendamento para arrendatários. Um locatário reconhece um direito de uso que representa o direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilização do locador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os locadores continuam a classificar os arrendamentos como arrendamentos mercantis ou financeiros.

A Sociedade ainda não iniciou uma análise dos impactos potenciais desta norma. Atualmente, a Sociedade não possui acordos de arrendamento significativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	8	9	461	8.266
Aplicações financeiras	<u>20.772</u>	<u>-</u>	<u>72.359</u>	<u>11.392</u>
	<u>20.780</u>	<u>9</u>	<u>72.819</u>	<u>19.658</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez.

As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 80% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2017	2016
EPESA:		
Clientes faturados (i)	6.941	3.772
Clientes a faturar (ii)	14.237	21.211
Valores a receber - conta centralizadora (iii)	1.146	265
Clientes diversos	2.532	1.020
 ENORTE:		
Clientes faturados (iv)	77	85
 EGÁS		
Clientes diversos	1	-
	24.934	26.353

O saldo de contas a receber refere-se à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da EPESA e de locação dos grupos geradores da ENORTE.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que é desnecessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa dado que não há histórico de inadimplência do contas a receber.

- (i) O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa.

Em 2017 as usinas passaram a gerar em alguns dias da semana e em horário diário, por decisão do Operador Nacional do Sistema Interligado (ONS). Em consequência deste fato foi reconhecido uma receita variável em 2017 no valor bruto de R\$ 99.759 inferior ao valor de 2016 (R\$ 115.635), em conformidade com a regulação do setor.

O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente.

Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente.

- (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subsequente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor.
- (iii) Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 14), a Sociedade cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Sociedade terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a Sociedade cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de contas a receber no montante de R\$ 77 (R\$ 85 em 2016) é representado pelo valor a receber referente a locação de transformadores de força a Aggreko.

6 Estoques

	Consolidado	
	2017	2016
Óleo diesel (i)	10.256	13.451
Lubrificantes	236	285
Peças de reposição e manutenção (ii)	8.246	10.775
	18.738	24.511

O saldo de estoque consolidado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 17.015 (R\$ 22.835 em 2016) pertence à controlada EPESA e R\$ 1.723 (R\$ 1.676 em 2016) à controlada ENORTE.

- (i) Em decorrência da redução do despacho contínuo do ONS, a EPESA manteve estoque de óleo diesel para atender a necessidade de geração quando houver despacho.
- (ii) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição necessárias à recolocação em operação das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Peças de reposição somente são capitalizadas ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem.

7 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2017	2016
Impostos a recuperar		
PIS e COFINS (i)	53	111
IRPJ e CSLL a recuperar	5.127	4.336
ICMS ST a recuperar (ii)	50.858	50.858
Outros	4.675	906
	60.713	56.211
Circulante	3.213	3.262
Não circulante	57.500	52.949

- (i) Na ENORTE, os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se, substancialmente, a impostos retidos em notas fiscais de serviços emitidas à Amazonas Energia.
- (ii) Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Sociedade o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Sociedade está classificando no não circulante.

Em conformidade com a Lei 16.565 de 08 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar

valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

8 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	7.740	7.129
Dividendos a receber (ii)	1.884	2.273	1.884	2.273
Depósitos judiciais	-	-	5.028	4.055
Despesas antecipadas	-	-	407	354
Outros	2.001	2.152	2.458	4.944
	3.885	4.425	17.517	18.755
Circulante	3.885	4.425	8.224	7.570
Não circulante	-	-	9.293	11.185

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a controlada EPESA precisa manter reserva financeira equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora.
- (ii) O saldo de dividendos a receber corresponde a dividendos declarados da TERMOCABO.

9 Investimentos

a. Composição da conta

	Controladora	
	2017	2016
Participação em sociedade		
TERMOCABO	14.737	13.501
EPASA	182.581	156.316
EPESA	177.747	170.466
ENORTE	7.187	12.006
EBE	80.354	87.051
Outros	-	(190)
Subtotal	462.606	439.150
Adiantamento para futuro aumento de capital	226.620	6.223
	689.226	445.373

b. Movimentação da conta

Saldo inicial de investimentos em 31/12/2015	336.109
Equivalência patrimonial	96.573
Dividendos recebidos	(77.349)
Aporte de capital - EBE	<u>90.040</u>
Saldo final de investimentos em 31/12/2016	<u>445.373</u>
Equivalência patrimonial	101.447
Dividendos recebidos	(81.241)
Aporte de capital - EBE	<u>223.647</u>
Saldo final de investimentos em 31/12/2017	<u>689.226</u>

c. Informações da controladora, controladas e coligadas

2017	Participação	Total de ativo	Total de passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Resultado de equivalência patrimonial
Controladora						
EBRASIL		696.056	34.618	661.438	97.173	-
Controladas						
ENORTE	99,99%	17.071	865	16.206	(1.470)	(1.470)
EBE	99,99%	356.473	2.693	353.780	(10.428)	(9.947)
EGAS	99,99%	104	312	(208)	(9)	(9)
EPESA	95%	<u>332.477</u>	<u>145.515</u>	<u>186.962</u>	<u>38.521</u>	<u>36.595</u>
		<u>1.402.181</u>	<u>184.003</u>	<u>1.218.178</u>	<u>123.787</u>	<u>25.169</u>
Coligada						
EPASA	41,66%	850.750	400.110	450.640	177.459	73.929
TERMOCABO	24%	<u>78.523</u>	<u>20.586</u>	<u>57.937</u>	<u>9.785</u>	<u>2.349</u>
		<u>929.273</u>	<u>420.696</u>	<u>508.577</u>	<u>187.244</u>	<u>76.278</u>
Total		<u>2.331.454</u>	<u>604.698</u>	<u>1.726.755</u>	<u>311.031</u>	<u>101.447</u>

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

2016	Participação	Total de ativo	Total de passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Resultado de equivalência patrimonial
Controladora						
EBRASIL		451.833	2.949	448.883	94.396	-
Controladas						
ENORTE	99,99%	21.953	3.139	18.814	7.157	7.156
EBE	90,00%	100.210	3.537	96.673	(2.885)	(2.897)
EGAS	99,99%	104	301	(196)	(39)	(39)
EPESA	95%	332.432	153.464	178.968	40.318	38.302
		906.532	163.390	743.142	138.947	42.522
Coligada						
EPASA	41,66%	819.544	431.961	387.583	126.665	52.769
TERMOCABO	24%	74.109	18.909	55.200	7.271	1.282
		893.653	450.870	442.783	133.936	54.051
Total		1.800.184	614.261	1.185.924	272.883	96.573

10 Imobilizado

a. Composição da conta

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado					
		2017			2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	203.985	(74.779)	129.206	203.865	(64.441)	139.424
Construções	4	82.826	(40.835)	41.991	89.313	(39.520)	49.793
Moveis e utensílios	10	2.753	(1.814)	939	2.689	(1.517)	1.172
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	11.541	(2.225)	9.316	11.566	(1.492)	10.074
Imobilizado em curso	-	17	-	17	17	-	17
Obras em andamento	-	3.462	-	3.462	2.633	-	2.632
Total		305.648	(119.653)	185.989	311.141	(106.970)	204.171

b. Movimentação do custo

	Saldo 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	203.865	215	183	(278)	203.985
Construções	89.313	380	(183)	(1.174)	88.336
Instalações industriais	-	-	-	(5.510)	(5.510)
Moveis e utensílios	2.689	64	-	-	2.753
Terrenos	1.058	-	-	-	1.058
Equipamentos eletrônicos	-	-	-	-	-
Veículos	11.566	10	-	(35)	11.541
Imobilizado em Curso	17	-	-	-	17
Obras em andamento	2.633	4.170	-	(3.341)	3.462
	311.141	4.839	-	(10.338)	305.642

	Saldo 31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	211.540	2.271	(643)	(9.303)	203.865
Construções	92.002	694	643	(4.026)	89.313
Moveis e utensílios	2.479	418	-	(208)	2.689
Terrenos	1.058	-	-	-	1.058
Veículos	11.442	200	-	(76)	11.566
Imobilizado em Curso	171	42	-	(196)	17
Obras em andamento	11.865	5.728	(1.897)	(13.063)	2.633
	330.557	9.353	(1.897)	(26.872)	311.141

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	(64.441)	(10.340)	2	(74.779)
Construções	(39.520)	(5.009)	3.694	(40.835)
Moveis e utensílios	(1.517)	(297)	-	(1.814)
Veículos	(1.492)	(768)	35	(2.225)
	(106.970)	(16.414)	3.731	(119.653)
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	(57.795)	(11.639)	4.993	(64.441)
Construções	(34.803)	(5.696)	980	(39.519)
Moveis e utensílios	(1.354)	(316)	153	(1.517)
Veículos	(768)	(745)	20	(1.493)
	(94.720)	(18.396)	6.146	(106.970)

Depreciação e amortização

Foram apropriados ao resultado do exercício, despesas com depreciação no montante de R\$ 16.414 em 2016 (R\$ 18.426 em 2016).

Garantias

Os equipamentos, adquiridos desde o início das usinas, e o terreno das usinas da EPESA estão servindo como garantia de debêntures que financiou suas construções.

Os doze grupos geradores adquiridos em 2013 pela ENORTE estão em garantia até a liquidação do financiamento do contrato FINAME.

Recuperação do valor residual dos ativos EPESA

Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc.

Com base em sua melhor estimativa, a Sociedade realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido (Notas Explicativas nº 10 e 11), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio da Sociedade (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE

Considerando que para os ativos a vida útil estimada é maior que o tempo de contrato com a Amazonas Energia, alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

11 Diferido

	Consolidado	
	2017	2016
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(20.008)	(17.676)
Custo líquido	3.302	5.634

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização de R\$ 2.332 anualmente. A controlada EPESA decidiu pela

manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização.

12 Fornecedores

	Consolidado	
	2017	2016
Areva (i)	7.571	7.580
Transmissoras (ii)	504	462
BR Distribuidora (iii)	-	11
Twenty Six Trading (iv)	744	326
HDI Global Seguros	342	-
Outros	2.224	2.404
Total	11.385	10.783

- (i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 19). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador.
- (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados (“CUST”).
- (iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros.
- (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA.

13 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2017	2016
Finame BNDES - Itaú BBA	397	1.804
Banco Safra	30.026	0
Total	30.423	1.804
Circulante	30.423	1.413
Não circulante	-	391

Os financiamentos apresentam as seguintes modalidades e condições de negociação:

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	Consolidado	
				2017	2016
Finame BNDES - Itaú BBA - EPESA	3,00 % a.a.	jul/17	31	33	947
Finame BNDES - Itaú BBA - ENORTE	3,00 % a.a.	set/18	45	364	857
Banco Safra	3,43 % a.a.	jun/18		30.026	-
Total				30.423	1.804

EBRASIL

Financiamento contratado junto ao Banco Safra em Dezembro de 2017 para investimento em controlada indireta.

ENORTE

O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2013 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação.

EPESA

A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stemac para a usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação.

14 Debêntures

	Consolidado	
	2017	2016
Principal	83.307	96.462
Juros	633	937
	83.940	97.399
Circulante	13.786	14.091
Não circulante	70.154	83.308

a. Consolidado

Emissão e encargos

Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a.

Não circulante

As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2017	2016
2018	-	13.154
2019	13.154	13.154
2020	13.154	13.154
2021	13.154	13.154
2022	13.154	30.692
2022 em diante	17.538	-
Total	70.154	83.308

Garantias

A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias:

- Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida;
- Alienação fiduciária de 100% das ações da Sociedade;
- Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia;
- Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas;
- Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas;
- Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e
- Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível.

Cláusulas restritivas

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem:

- Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.
- Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x.
- Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais.
- Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.
- Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).
- Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado.

- Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas.
- Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).

A Administração da controlada EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 3,26x, maior que 1,3x.

15 Impostos correntes e obrigações tributárias

	Consolidado	
	2017	2017
PIS/COFINS e ISS sobre receita	841	130
Retenções de terceiros	96	118
IRPJ e CSLL a recolher	753	1.047
IRRF a recolher	7	70
Outros	38	130
Impostos federais parcelados	2	883
Total	1.737	2.378

16 Impostos diferidos ativos e passivos

	Consolidado	
	2017	2017
(-) IRPJ e CSLL diferidos (i) - ativos	(3.475)	(3.410)
IRPJ e CSLL diferidos (ii) - passivos	19.724	16.486
Total líquidos	16.249	13.076

- (i) O valor dos impostos diferidos gerados na EPESA corresponde ao valor dos impostos diferidos relativos ao saldo da provisão para contingências regulatórias (Nota Explicativa nº 19) que deverá ser revertido pelo desembolso de caixa que deve ocorrer nos próximos 60 meses a contar de janeiro de 2013, em conformidade com a regulação do setor.
- (ii) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizada, com base na sua vida útil estimada, de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R\$ 19.724 em 2017 (R\$ 16.486 em 2016) no passivo não circulante, sendo R\$ 14.003 de IRPJ diferido (R\$ 11.622 em 2016) e R\$ 5.721 de CSLL diferido (R\$ 4.864 em 2016), registrados no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos.

17 Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2017	2016
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	93	156
Ministério de Minas e Energia -MME	48	77
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	17.218	15.184
	17.359	15.417
Circulante	8.683	7.531
Não circulante	8.676	7.886

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a EPESA possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL:

- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL;
- 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos em fase de prospecção.

Em 2017, a EPESA deu seguimento aos seguintes projetos: (i) Redução da Necessidade de Manutenção e renovação de estoque de diesel para uso em termelétrica. CT-Gás; (ii) Projeto de Gestão 2016; e concluiu o Projeto de Gestão 2015. Maiores detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ebrasilenergia.com.br.

18 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2017	2016
Obrigações trabalhistas e sociais	1.417	1.536
Encargos de transmissão	1.145	1.289
Outros	1.173	842
Total	3.735	3.667

19 Provisão para contingência

EPESA

Obrigações contratuais - Regulatórias

Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis.

A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente.

Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subseqüentes.

Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE.

De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, fez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh.

Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476.

Assim, a Sociedade tem registrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 uma provisão de R\$ 6.911 de provisão para contingência das indisponibilidades acima referidas, conforme abaixo:

Devido às grandes oscilações ocorridas em 2016 no Preço de Liquidação de Diferença (PLD) e em função da recuperação dos reservatórios das UHE, o PLD médio estimado para o ano aproximar-se do preço utilizado para cálculo das penalidades, a Sociedade decidiu manter os valores provisionados das penalidades ocorridas em 2011 e 2012, para se fazer a respectiva reversão nas referidas provisões, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses faltantes para cumprimento das referidas penalidades no prazo de 60 meses.

Cíveis

A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 12), que foram sustados sob a alegação de que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso desses pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 15.390, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos.

A Sociedade, em função dessa discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor, com valor atualizado da causa de R\$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos.

Em dezembro de 2014, foi julgado procedente, em favor da autora EPESA, em primeira instância a medida cautelar e a ação Ordinária Declaratória de Inexigibilidade de Títulos cumulada com pedido de indenização por danos materiais, declarando nulos os títulos apontados para protestos mencionados na Medida Cautelar e na Ação Ordinária, condenando ainda a Ré a indenizar a parte Autora pelos danos materiais causados no período em que a Autora deixou de iniciar suas atividades operacionais em decorrência do atraso na entrega dos equipamentos por parte da Ré, bem como a importância despendida pela Autora, decorrente de dívidas contraídas por força da perda da receita, sendo esta também originada pelo atraso relativo ao início de suas atividades operacionais. Tendo em vista a decisão de primeira instância, a Areva interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto.

Trabalhistas

A Sociedade é parte passiva em 47 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é Provável. Dessa forma, a Sociedade mantém provisão para contingência no montante de R\$ 619.

ENORTE

Causas de perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 429.

20 Patrimônio líquido (controladora)

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era representado por 39.590.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), sofrendo alteração em outubro de 2016 para 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pertencentes à DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado não sofreu alteração permanecendo 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pertencentes à DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, foi adicionado à reserva o valor de R\$ 4.858, perfazendo um total de R\$ 17.496.

b. Remuneração aos acionistas

Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva legal (Art. 193), Reserva de lucros a realizar (Art. 197) e Reserva para retenção de investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos.

Em 2017 a Sociedade pagou dividendos apurados no exercício de 2017 no valor de R\$ 81.317, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 20.330 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2017, a ser referendada na AGO de aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, conforme quadro abaixo:

Lucro líquido	97.173
Constituição de Reserva Legal - 5%	(4.858)
Lucro distribuível	92.315
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(20.330)
Dividendos intercalares	(60.987)
Total de dividendos	(81.317)
Adição à Reserva de lucros	10.998

Em função da proposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2017, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 10.998 que fica mantido na conta de Reservas de retenção de lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento.

21 Partes relacionadas

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos.

	31/12/2017				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Ebrasil Energia LTDA	953	-	1.704	-	2.245
Ebrasil Norte Geração de Energia	512	-	-	-	-
Vigus Engenharia Ltda.	178	-	-	-	-
Suape Mineração	21	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (i)	-	-	-	-	163
Dionon Cantareli (ii)	18	20.402	-	20.402	-
EBRASIL Gás e Energia Ltda.	306	200	729	200	-
Total	1.988	20.602	2.433	20.602	2.408

- (i) Em Novembro de 2017, a EPESA efetuou consulta ao FI-FGTS, no intuito de obter anuência quanto a alteração societária para o ingresso de dois sócios da holding DC Energia e Participações S.A, permutando ações com a Eletricidade do Brasil S.A. Até a data de autorização pela Diretoria para emissão das Notas Explicativas da EPESA, não foi obtido retorno do FI-FGTS quanto a consulta efetuada. Logo, o valor correspondente à permuta das ações está sendo controlada em passivo circulante.
- (ii) Captação de recurso para pagamento de operação de permuta de ações da EPESA entre DC Energia e Eletricidade do Brasil, ainda sob anuência do FI FGTS.

	31/12/2016				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda.	953	-	1.702	-	1.702
Vigus Engenharia Ltda.	178	-	-	-	-
Suape Mineração	18	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	2.060	2.074	2.060	162
EBRASIL Gás e Energia Ltda.	297	-	196	-	-
Total	1.446	2.060	3.972	2.060	1.864

22 Receita

	Consolidado	
	2017	2016
Receita de aluguel e prestação de serviços	1.690	33.895
Receita de disponibilidade e geração de energia	217.099	225.787
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(20.287)	(26.608)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.951)	(2.028)
Indisponibilidade de potência contratada	-	290
Total	196.551	231.336

EPESA

A Sociedade reconheceu receitas variáveis a menor em relação a 2016, uma vez que houve menor despachos pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano.

A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade.

A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS.

Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 16)

ENORTE

A receita da controlada ENORTE possui um componente fixo aluguel dos equipamentos e um componente variável prestação de serviço de operação e manutenção.

As receitas de prestações de serviços são faturadas no mês subsequente em que o serviço foi efetivamente prestado, devido a medição e homologação por parte do tomador dos serviços. Desta forma, estas receitas e seus impostos são contabilizados como “a faturar”.

23 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Óleo diesel	(76.180)	(81.671)
CUST	(14.732)	(13.804)
Depreciação	(15.754)	(17.746)
Amortização do diferido	(2.332)	(2.331)
Recomposição do sistema	(2)	(7.990)
Mão de obra direta	(10.178)	(14.656)
Serviços e outros	(13.441)	(12.830)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(1.517)	13.568
Total	(134.136)	(137.460)

EPESA

A controlada precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho do ONS, refletido na conta “Óleo Diesel”. O principal custo recorrente registrado na conta “CUST” refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.

A conta de “Recomposição do sistema” registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012.

24 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços contratados	(4.195)	(1.621)	(6.045)	(7.494)
Pessoal administrativo	(7)	(13)	(4.643)	(6.630)
Impostos e taxas	-	-	(1.132)	(609)
Depreciação	-	-	(695)	(633)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(79)	(87)
Outros	(66)	(707)	(2.428)	(6.351)
Total	(4.268)	(2.341)	(15.022)	(21.804)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2017	2016
Custo desativação de imobilizado (i)	(2.013)	(5.372)
Indenização de seguros	-	850
Outros	2.111	702
Total	98	(3.820)

(i) Custo de desativação do imobilizado da ENORTE, a partir de do encerramento do contrato de aluguel com a Amazonas Energia;

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	2	19	33	4.565
Juros sobre aplicações financeiras	22	-	1.327	1.354
Juros contratos de mútuos	-	179	-	741
Juros e rendimentos	-	-	1.634	508
	24	198	2.994	7.168
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(9.068)	(11.945)
Juros sobre empréstimos	-	-	(1)	(148)
Juros e IOF sobre empréstimos	-	-	(4)	(320)
Juros e IOF sobre mútuos	-	-	-	(836)
Juros e multas pagos a fornecedores	(30)	(33)	(1.754)	(5.454)
	(30)	(33)	(10.827)	(18.703)
Resultado financeiro, líquido	(6)	165	(7.833)	(11.535)

27 Instrumentos financeiros

EBRASIL

A EBRASIL revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras
- **Empréstimos** - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações

EPESA

A EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos para capital de giro** - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI.
- **Debêntures não conversíveis** - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

Categoria		2017		2016	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	39.541	39.541	17.690	17.690
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	24.856	24.856	26.267	26.267
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao valor justo	7.740	7.740	7.129	7.129
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	11.358	11.358	10735	10.735
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	33	33	947	947
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	83.940	83.940	97.398	97.398

A Administração da EPESA não identificou diferença relevante entre os valores justos e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

ENORTE

A ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras;
- **Contas a receber** - Decorrem diretamente das operações da Empresa, são classificadas como recebíveis e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

		2017		2016	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo	375	375	1.086	1.086
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	77	77	85	85
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	15	15	39	39
Empréstimos bancários	Mensurados ao custo amortizado	363	363	857	857

A Administração da ENORTE não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

28 Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoelétrica, reguladas pela ANEEL.

O Conselho de Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

As operações da Sociedade e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue:

- a. Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures EPESA	83.940	8.077	5.709	13.154	26.308	30.692
Empréstimos EPESA	33	33	-	-	-	-
Financiamento ENORTE	363	244	119	-	-	-
	<u>84.336</u>	<u>8.354</u>	<u>5.828</u>	<u>13.154</u>	<u>26.308</u>	<u>30.692</u>

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R\$ 7.740 (R\$ 7.129 em 2016) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 8).

- b. Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade e suas controladas é:

	2017	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	-	83.940
Juros basicamente pós-fixados		
Finame BNDES (encargos BNDES 1,30% + comissão agente 1,7% a.a.)	-	396
Banco Safra		30.026

- c. Risco de taxa de câmbio** - A Sociedade e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro.

Não existem quaisquer outros saldos em moeda estrangeira em 2016 e 2015.

- d. Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 26.353 (R\$ 42.542 em 2015). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no

recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público.

- e. **Risco de aceleração de dívidas** - A Sociedade e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas (“*covenants*”), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida.

Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações.

- f. **Risco de gerenciamento de capital** - A política da Sociedade e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional.
- g. **Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009.

Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora.

29 Eventos Subsequentes

Em 03 de janeiro de 2018 ocorreu a transferência não onerosa das ações da Centrais Elétricas Da Paraíba - EPASA, de titularidade da Eletricidade do Brasil S.A. para a Ebrasil Gás e Energia S.A., passando esta a receber os dividendos da EPASA.

Em 22 de janeiro de 2018 a Sociedade emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 60.000, remuneradas a DI +2,10% a.a. Os recursos serão utilizados para gestão ordinária de seus negócios, conforme previsto em seu estatuto social.

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior
Diretor Presidente

Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima
Diretora de Controladoria

Carlos Wilson Silva Ribeiro
Diretor Financeiro

José Roriz Lustosa Cantareli Junior
Diretor de Suprimentos

Contador

Mayara Peixoto Quintino Martorelli
Contador - CRCPE 021.099/O-5